



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - UNIFESSPA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2018**

(Processo Administrativo nº 23479.002128/2018-24)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa**, por meio da Divisão de Compras e Serviços, sediada Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

**Data da sessão:** 20 de abril de 2018.

**Horário:** 09h00min (horário de Brasília-DF).

**Local:** Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

**UASG:** 158718

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE REPRODUÇÃO ANIMAL DO CAMPUS XINGUARA - IETU**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

**2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

**Gestão/Unidade:** 154835 - IETU

**Fonte:** 8188

**Programa de Trabalho:** 141698

**Elemento de Despesa:** 449052

**Pl:** M0518G1500R

**3. DO CREDENCIAMENTO**

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de *login* e senha pelo interessado.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

**4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

- 4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.



- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:
- 4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.3. Que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.3.1. A vedação supra deve-se ao fato de o objeto não apresentar alta complexidade técnica que impossibilite a participação de empresas de forma individual, nem tampouco de grande vulto, não sendo necessária a junção de empresas para sua perfeita execução, ampliando a competitividade do certame.
- 4.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
- 4.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:
- 4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 4.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 4.6.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- 4.6.2. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 4.6.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.6.4. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## **5. DO ENVIO DA PROPOSTA**

- 5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.
- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.6.1. Valor unitário e total do item;
- 5.6.2. Marca;
- 5.6.3. Fabricante;
- 5.6.4. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 5.9. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.**



- 5.10. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

## **6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.12. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 6.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.15. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.
- 6.15.1. Quando aplicada a margem de preferência a que se refere o Decreto nº 7.546, de 2 de agosto de 2011, não se aplicará o desempate previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.
- 6.16. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.
- 6.16.1. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.



## **7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 7.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 7.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 7.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 7.5.2. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 7.6. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos do Decreto nº 8.184, de 2014.
- 7.7. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
  - 7.7.1. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 7.8. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 7.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 7.10. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
  - 7.10.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
  - 7.10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

## **8. DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 8.1.1. SICAF;
  - 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
  - 8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
  - 8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;





- 8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.2. Os licitantes, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:
- 8.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração;
- 8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, § 2º do Decreto nº 7.775, de 2012.
- 8.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.3.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 8.4. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**
- 8.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**
- 8.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



- 8.5.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- 8.5.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- 8.5.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSÍVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

- 8.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.
- 8.6. As empresas, deverão comprovar, ainda, a **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, por meio de:
- 8.6.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 8.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 8.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **2 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br).
- 8.8.1. **Após ser declarado habilitado, o licitante deverá remeter os documentos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias úteis.**
- 8.8.2. **O invólucro contendo os documentos originais de que trata o item precedente deverá ser enviado à Divisão de Compras e Serviços - DICS/DCO/Unifesspa, no seguinte endereço: Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.**
- 8.8.3. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.9. Em relação às empresas cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista segundo o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.
- 8.9.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o(s) licitante(s) esteja(m) com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 8.9.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal.



- 8.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.10.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 8.11. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.12. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 8.15. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 9.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, observados os documentos solicitados pelo pregoeiro.
- 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

## **11. DOS RECURSOS**

- 11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.



- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

- 12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **13. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

- 13.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato ou aceite instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 13.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição do licitante adjudicatário de contratar com o Poder Público.
  - 13.2.1. A adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
  - 13.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de **5 (cinco) dias**, a contar da data de seu recebimento.
- 13.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta online ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
  - 13.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até **05 (cinco) dias**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

## **14. DO PREÇO**

- 14.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

## **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.





## 17. DO PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 17.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 17.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 17.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 17.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 17.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 17.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 17.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 17.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

**EM = I × N × VP**, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

**I = (TX)**

**I =  $\frac{(6 \div 100)}{365}$**

**I = 0,00016438**

**TX = Percentual da taxa anual = 6%**



## **18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
- 18.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
  - 18.1.2. Apresentar documentação falsa;
  - 18.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 18.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 18.1.5. Não manter a proposta;
  - 18.1.6. Cometer fraude fiscal;
  - 18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo.
- 18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 18.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.3.1. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
  - 18.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 18.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 18.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 18.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 18.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 19.1. Até **2 (dois) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 19.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacao@unifesspa.edu.br](mailto:licitacao@unifesspa.edu.br), ou por petição dirigida ao Pregoeiro, Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROAD, protocolada no Protocolo Central da UNIFESSPA no endereço Folha 31 Quadra 07 Lote 100, Nova Marabá, CEP 68.507-590, Marabá-PA.
- 19.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro horas).
- 19.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 19.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 19.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 19.8. Para fins de regulamentação, considerar-se-á o horário comercial de 2ª a 6ª no horário de 08:30h às 17:30h para registro de pedidos de esclarecimento e impugnação, considerando-se intempestivos os pedidos registrados após o horário comercial.**

## **20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 20.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 20.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida dos Ipês, s/n, Cidade Universitária, Loteamento Cidade Jardim, sem CEP, Marabá-PA, na Divisão de Compras e Serviços – DICS/DCO/PROAD, nos dias úteis, no horário das 8h30min às 11h30min, e das 14h30min às 17h30min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 20.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 20.10.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
  - 20.10.2. ANEXO II – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
  - 20.10.3. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

Marabá-PA, 09 de abril de 2018.

**RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA**  
Pregoeiro/Unifesspa



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos para implantação do laboratório de reprodução animal com a finalidade de atender as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de medicina veterinária e zootecnia do Instituto de Estudo do Trópico Úmido – IETU, em conformidade com as especificações, detalhamento e quantidades mencionadas neste termo de referência.

| ITEM | DESCRIÇÃO/<br>ESPECIFICAÇÃO  | CATMAT | UNIDADE<br>DE<br>MEDIDA | QUANT. | VALOR<br>MÉDIO<br>ESTIMADO<br>(R\$) | VALOR<br>TOTAL<br>ESTIMADO<br>(R\$) |
|------|--|--------|-------------------------|--------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1    | <b>APARELHO DE ULTRASSOM</b><br><br>Aparelho de ultrassom veterinário tipo doppler para avaliações reprodutivas. Contendo: Monitor: LCD 10,4 polegadas; Bateria: Até 2 horas de autonomia; Tempo Recarga Bateria: 4 a 6 horas; Modos de Imagem: B, BB, M, BM; Power Doppler e Color Doppler; Software Veterinário; Teclado Impermeável; Funcionamento Rede Elétrica; Fonte Bivolt Automático; Carregador Veicular; Software Crescimento Gestacional; Armazenamento Interno de Imagens; Armazenamento Imagens USB; Saída Vídeo; Transdutor Linear Retal; Case para transporte; Bateria Interna; Assistência Técnica no Brasil.  | 193590 | Unidade                 | 1      | 40.249,70                           | 40.249,70                           |
| 2    | <b>AUTOCLAVE</b><br><br>Autoclave vertical microprocessada com secagem; capacidade da câmara para 100 litros; construída com base nas Normas ASME e ABNT; parte externa em chapa de aço revestida em epóxi eletrostático; reservatório (câmara de autoclavagem) em aço inoxidável AISI 304, com isolamento térmica; tampa em bronze fundido e estanhado internamente; manípulos de baquelite para prender a tampa; esterilização por calor úmido (vapor); resistência tubular blindada; plataforma superior em aço inox AISI 304; display alfanumérico de cristal líquido com iluminação tipo luz de fundo; controle para selecionar a temperatura de trabalho entre 120 e 134°C; tempo de esterilização programável até 60 minutos e tempo de secagem até 45 minutos; sensor de temperatura de Pt100, com proteção em aço inox; manômetro para indicar a pressão interna da câmara de trabalho, com escala em pressão e temperatura; sistema de segurança que desliga a autoclave se a temperatura ultrapassar 3 graus a programada; sistema de segurança mecânico com válvula de alívio; cabo de força com dupla isolamento; manual de instruções gravado no próprio painel; pedal para abertura da tampa; com pelo menos 2 cestos, em aço inoxidável AISI 304; escoamento para limpeza e drenagem total, através de registro de esfera; dimensões internas aproximadas: 40 x 60 cm; dimensões externas aproximadas: 110 x 53 x 57 cm; potência: 4000 W; voltagem 220 volts. Com garantia do fabricante. | 434772 | Unidade                 | 1      | 10.640,00                           | 10.640,00                           |
| 3    | <b>BALANÇA ANALÍTICA</b><br><br>Balanças precisão com quatro casas decimais. Capacidade 210 gramas. Precisão de 0,0001g / 0,1mg. Câmara de pesagem com janelas corredeiras, moldadas em vidro temperado. Estrutura externa em metal coberto por pintura epóxi e interna em aço inoxidável; prato em inox com diâmetro de 75 a 80mm. Temperatura de   | 271427 | Unidade                 | 2      | 6335,00                             | 12670,00                            |





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

|   |  |        |         |   |           |           |
|---|--|--------|---------|---|-----------|-----------|
|   | operação: 5-40°C. Display digital luminoso. Calibração automática. Tempo de medida: 3 a 10 segundos. Dimensões: 240 x 260 x 300mm. Possuir três unidades de pesagem: grama "g", quilate "ct" e onça-troy "Ozt". Deve-se comunicar diretamente com o microcomputador nos aplicativos do Windows®. Sem a necessidade de programas específicos para interfacear com planilhas, banco de dados, processadores de texto e softwares de laboratórios. Modelo aprovado pelo INMETRO com selo de verificação inicial IPEM. O conjunto deve possuir também peso de calibração, capa protetora anti-pó. Voltagem: bivolt 110/220 volts. Cabo de força com dupla isolamento e plugue de três pinos, dois fases e um terra, atendendo a nova norma ABNT NBR 14136. Voltagem 110/220 volts. Manual de instruções em português. Custo da assistência técnica por conta do fornecedor ou do fabricante durante todo período de garantia (transportadora ou correios para envio e retorno). Garantia de 01 (um) ano fornecida pelo fabricante.   |        |         |   |           |           |
| 4 | <b>BALANÇA SEMI ANALÍTICA</b><br><br>Descrição: Equipamento com Capacidade de 4200g - Leitura: 0,01g - Repetibilidade: ±0,06g - Linearidade: ±0,3g - Tempo de resposta: 0,7 - 1,2s - Temperatura de operação: 5 -40°C - Temperatura do coeficiente de sensibilidade (10 a 30°C): ±5ppm/°C - Tamanho do prato: 170x180mm - com comutação automática para funcionar de 110V a 240V. Modelo aprovado pelo INMETRO. 1 ano de garantia. Manual de instruções, assistência técnica no Brasil. Acompanha: 01 Fonte de alimentação.  | 150748 | Unidade | 2 | 3.506,93  | 7.013,87  |
| 5 | <b>BOTIJÃO PARA ARMAZENAMENTO</b><br><br>Botijão para armazenamento de sêmen criopreservado em nitrogênio líquido. Descrição técnica - Quantidade de canecas: 6; Período útil em uso: 120 dias; Doses raqueadas (palhetas médias): 720; Doses raqueadas (palhetas finas) 1440; Peso vazio: 10,5 kg; Capacidade de nitrogênio: 20,5 litros; Peso Cheio: 27 kg.  | 257254 | Unidade | 2 | 2.746,67  | 5.493,33  |
| 6 | <b>CABINE DE SEGURANÇA BIOLÓGICA CLASSE II TIPO A1</b><br><br>Descrição: 70% de recirculação e 30% de renovação de ar servido através do filtro HEPA para o ambiente, contendo no mínimo os seguintes requisitos: projetada para trabalhos 24 ; classe 100 conforme (ABNT NBR 13.700); construída em chapa de alumínio naval com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi ; mesa de trabalho construída em aço inox aisi 304; base com rodízios giratórios com freio ; assoalho removível para maior facilidade na limpeza ; ventilador tipo siroco; motor de 1/2 cv com proteção térmica e regulação eletrônica de pressão (três velocidades); proteção térmica dotada de reles e fusíveis de proteção; filtro tipo hepa classe a3,nbr-6401, eu-13 eurovent 4/4, com eficiência de 99.99 % dop para partículas de 0,3 micron, moldura em alumínio anodizado; pré-filtro classe g3 sintético 30-35% ashrae colorimétrico, 92% ashrae gravimétrico (aumenta durabilidade do filtro hepa) vidro temperado frontal tipo guilhotina (sobe e desce) podendo parar em qualquer posição da área de trabalho, com inclinação de 5 graus (aumentando o conforto do operador e diminuindo reflexos) características aproximadas: quatro interruptores, (geral, motor, lâmpada fria, lâmpada uv); painel elétrico removível; alarme sonoro para alertar o operador quando o vidro frontal exceder a 200 mm, abertura operacional segura; dispositivo de segurança que só permite o acionamento da | 359354 | Unidade | 1 | 20.056,83 | 20.056,83 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

|   |   |        |         |   |          |          |
|---|---|--------|---------|---|----------|----------|
|   | lâmpada uv com vidro frontal totalmente fechado; baixo nível de ruído 60 db; velocidade do ar 0,45 m/s +/- 20%; vazão de ar 1.345 m³/h; 01 tomada auxiliar (220 v) interna; 01 lâmpada fluorescente de 40 w; 01 lâmpada uv de 30 w; 01 válvula para gás ou vácuo alimentação 220 v, 60 hz; medidas aproximadas externas com base LxPxA em mm (1440 x790x 2150) sem base LxPxA em mm (1440x790x 1420); internas LxPxA em mm: (1245x675x640). Garantia de 12 meses. Assistência técnica no Brasil.  |        |         |   |          |          |
| 7 | <b>CAPELA FLUXO LAMINAR UNIDIRECIONAL VERTICAL COM BASE</b><br><br>APLICAÇÕES: Preparo e manipulação de meios de cultura; Preparo de soluções hipertônicas (C.T.I.); Cultura de tecidos; Preparo e encherimentos de produtos estéreis (Soluções parenterais, oftálmicas, tópicas, urológicas, etc); Genética; Montagens ópticas; Laboratórios fotográficos; Montagens microeletrônicas e micromecânicas; Avaliação de Oocistos e Embriões.<br><br>CARACTERÍSTICAS: Construída em chapa de aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento pintado com tinta à base de poliuretano (de acordo com a necessidade do cliente podem fabricadas com acabamento epóxi ou totalmente aço inoxidável); Mesa de trabalho inoxidável com acabamento escovado grana 120; Painel elétrico de acionamento; Fluxo de ar com velocidade média de 0,45m/s +/- 10%; Motoventilador com motor integrado ao rotor, equipado com proteção térmica; Filtro HEPA; com separadores de alumínio que proporcionam perfeito fluxo laminar, classe H 14 de acordo com EN 1822; Pré-filtro sintético, plissado classe G4 de acordo com EN 779; Display digital, indicador da pressão diferencial do filtro absoluto HEPA, horímetro que indica minutos e horas corrido de funcionamento da cabine e outros parâmetros; Janela frontal basculante, confeccionada em vidro temperado com máxima visibilidade (apenas para FUV); Iluminação com lâmpadas fluorescentes internas ao equipamento e lâmpada germicida de 20W; Nível de ruído máximo de 67 dBA. Modelo vertical FUV; Medidas aproximadas: externas com base (A x L x P)(mm) 2.060x660x740 sem base (A x L x P)(mm) 1.250x660x740; Área de trabalho (A x L x P)(mm) 600x640x725; Altura da mesa de trabalho (A x L x P)(mm) 870; Velocidade média do ar (m/s) 0,45 +/- 10%; Eficiência de filtragem (DOP) 99,99%; Voltagem/Frequência 220v/60-50 Hz; Volume (m³) 1,01; Peso Bruto (kg) 80; Potência Nominal (watts) 300. Cabo de força de acordo com a norma ABNT NBR 14136. Com garantia do fabricante mínima de 12 meses e Assistência técnica no Brasil. | 403759 | Unidade | 1 | 8.306,33 | 8.306,33 |
| 8 | <b>CILINDRO DE CO<sub>2</sub></b><br><br>Cilindro de gás: Cilindro de CO <sub>2</sub> novo com válvula reguladora, com capacidade para carga de 25 kg/40L, com gás. Normas Aplicáveis: ISO 4705 ou NBR 12791, DOT 8AL ou ISSO 9809-1. Deverá vir acompanhado de válvula padrão para CO <sub>2</sub> e capacete de proteção da válvula. Garantia: Os materiais deverão ter garantia de fabricação mínima de 12 meses a contar da data de entrega. Deve acompanhar manual em português.   | 361505 | Unidade | 3 | 1.086,73 | 3.260,18 |
| 9 | <b>ELETROEJACULAR</b><br><br>Estímulos com ondas puras: Modos de estimulação: Automático e Manual; Modo automático com sequência de 35 estímulos gradativos; Bateria e  | 372778 | Unidade | 1 | 3.420,91 | 3.420,91 |



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ**  
**DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS**

|    |   |        |         |   |           |           |
|----|---|--------|---------|---|-----------|-----------|
|    | carregador incorporado; Garantia; Case para transporte; Cabo de energia; Assistência técnica no Brasil.   |        |         |   |           |           |
| 10 | <b>ESTEREOMICROSCÓPIO PARA OÓCITOS E EMBRIÕES</b><br>Tubo trinocular inclinado a 45º e rotação de 360º; Um par de oculares de campo amplo e planas, de 10X com 20mm de diâmetro; Objetiva zoom com faixa de 0.7 a 4.5X; Aumento total de 7 a 45X; Objetivas auxiliares e de oculares de 20X (opcionais), o aumento total pode chegar até 180X; Ajuste interpupilar entre 55 a 75 mm; Ajuste de focalização com duplo manípulo; Iluminação fria LED transmitida com controle de intensidade de 0 a 100%; Cabo de força com dupla isolamento e plug com três pinos; Alimentação: 85~240 Vca automático; Garantia; Assistência técnica no Brasil.  | 193590 | Unidade | 2 | 4.902,67  | 9.805,33  |
| 11 | <b>INCUBADORA (ESTUFA) DE CO<sub>2</sub></b><br>Incubadora (estufa) de CO <sub>2</sub> para cultivo de embriões. Temperatura: Ambiente +5°C a 50°C; Controlador de temperatura: Digital microprocessado com sistema PID e certificado de calibração RBC; Sensor: PT-100; Precisão de controle ±0,1°C; Uniformidade±0,2°C; Faixa de controle de CO <sub>2</sub> : de 3% a 20%; Controlador de CO <sub>2</sub> : Digital microprocessado; Sensor CO <sub>2</sub> : (NDIR) infravermelho não dispersivo; Precisão de controle CO <sub>2</sub> ±0,2%; Uniformidade CO <sub>2</sub> ±0,4%; Capacidade: 5 prateleiras; Sistema de jaqueta d'água; Umidade: reservatório interno que proporciona umidade por evaporação natural; Elemento filtrante: Filtro absoluto "Hepa" com elemento filtrante em papel de microfibras de vidro plissado; Porta interna: Em vidro com vedação em perfil de silicone; Gabinete: Construído internamente em aço inox 304 com cantos arredondados e externamente em aço carbono com tratamento anti-corrosivo e pintura eletrostática; Volume mínimo: 70 litros; Potência: 700 Watts; Tensão: 220 Volts; Cilindro de CO <sub>2</sub> ; Assistência técnica no Brasil. | 430062 | Unidade | 1 | 28.206,57 | 28.206,57 |
| 12 | <b>MAQUINA PARA CONGELAR SÊMEN E EMBRIÃO</b><br>Máquina de congelamento contendo controlador de temperatura digital; Porta palheta para embriões, no mínimo 35 palhetas; Porta palhetas para sêmen no mínimo 320 palhetas de 0,5 ml; Sistema de refrigeração eletrônico fixado na maleta; Recipiente de nitrogênio; Copo de proteção contra formação de condensado; Maleta para transporte; Manual de Operações; Cabo de energia; Certificado de Garantia; Assistência técnica no Brasil.   | 71471  | Unidade | 1 | 22.263,33 | 22.263,33 |
| 13 | <b>MESA AQUECEDORA</b><br>Mesa térmica; Controle micro processado; Display de alto brilho; Aquecimento rápido com excelente distribuição térmica; Placa térmica em alumínio anodizado; Área térmica: 20 x 30 cm; Programação: de 25,0°C a 40,0°C; Incremento: 0,1°C; Variação da temperatura: +/- 0,3°C; Desvio: +/- 0,2°C; Garantia de 12 meses; Assistência técnica no Brasil.  | 193590 | Unidade | 1 | 1606,33   | 1606,33   |
| 14 | <b>MICROSCÓPIO COM CONTRASTE DE FASE</b><br>Microscópio trinocular, sistemas de iluminação para campo claro, campo escuro, contraste de fase. Iluminador tipo led ou halógeno, aumento até 1600x, com 04 objetivas plana-cromáticas infinitas. Características técnicas: Estativa e base com iluminação tipo Led ou halógeno, soquete para uso com iluminação Led, regulador de intensidade luminosa transmitida e refletida, sistema de focalização e movimentação através de botão macrométrico e micrométrico, tubo de observação trinocular inclinado de 30/45º e giratório de 360º,  | 25607  | Unidade | 1 | 9023,33   | 9023,33   |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

|    |  |        |         |   |           |           |
|----|--|--------|---------|---|-----------|-----------|
|    | <p>oculares campo amplo de 10x e 20x com ajuste para diferenças de dioptrias; Trava mecânica (tipo alavanca) como proteção contra uma acidental quebra de lâmina; Platina com charriot, presilha para duas lamínas, revolver porta objetivas para quatro objetivas. Condensador Campo Claro tipo "ABBE" com abertura numérica de 1.25; Fonte de iluminação com comutação automática para funcionar de 85 a 260 Volts; contendo os seguintes componentes: 01 Estativa e base ( corpo principal); 01 Tubo trinocular inclinado de 30/45°; 02 Oculares WF 10x ( campo amplo); 02 Oculares WF 20x; 01 Objetiva PC 4x (0.10) acromática; 01 Objetiva PC 10x (0.25) acromática; 01 PC 40x (0.65) acromática (retrátil); 01 PC 100x (1.25) acromática (retrátil de imersão); 01 Condensador ABBE 1,25; 01 Filtro azul 32 mm diâmetro; 01 Frasco óleo de imersão; 02 Fusíveis; 01 Capa de proteção; 01 Manual de instruções; 01 Caixa de embalagem.</p> <p>Contraste de Fase com Ótica Semi-Planacromática completo, composto de: Anel para Constraste de Fase, 10x ( Anular Spot ). Já embutido no condensador; Anel para Constraste de Fase, 40x ( Anular Spot ). Já embutido no condensador; Condensador de Contraste de Fase tipo orre ( Turret ) com abertura numérica N.A. 1,25 / específico para uso em objetivas semi-planacromáticas de fase. Filtros azul e verde. Objetiva Semi-Planacromática para Contraste de Fase (Positiva) 10x (Abertura de 0,25 ), Objetiva Semi-Planacromática para Contraste de Fase (Positiva) 40x (Abertura de 0,65), Objetiva Semi-Planacromática para Contraste de Fase (Positiva) 100x (Abertura de 1,25) imersão, Telescópio de Centralização para Fase.</p> <p>Equipamento entregue e instalado na instituição com treinamento para uso e operação com garantia mínima de 12 meses.</p> |        |         |   |           |           |
| 15 | <p><b>MICROSCOPIO BIOLOGIA FLUORESCENCIA</b></p> <p>Microscópio fluorescência trinocular, sistemas de iluminação para campo claro, campo escuro, contraste de fase e fluorescência. Iluminador tipo led ou halógeno, aumento até 1600x, com 05 objetivas plana-cromáticas infinitas. Características técnicas: Estativa e base com iluminação tipo Led ou halógeno, soquete para uso com iluminação Led, regulador de intensidade luminosa transmitida e refletida, sistema de focalização e movimentação através de botão macrométrico e micrométrico, tubo de observação trinocular inclinado de 30/45° e giratório de 360°, ocular WF 10x e P 16x, platina com charriot, presilha para duas lamínas, suporte de borracha, revolver porta objetivas para cinco objetivas codificadas, condensador de ABBE A.N. 1,25 dotado de diafragma de íris e porta filtro, regulagem em altura e centrável. Objetivas 10x, 20x, 40x, 100x, com contraste de fase na 40x e 100x. Telescópio centralização fase, filtro verde, iluminador universal para fluorescência e luz refletida, caixa lâmpada mercúrio 100W, fonte de alimentação, lâmpada de mercúrio, filtro de densidade neutra, 6% transmissão, filtro de densidade neutra, 25% transmissão, cubo de excitação UV banda larga (340-390), cubo de excitação azul banda larga (460-495), cubo de excitação verde banda larga (530-550), óleo de imersão 30CC para microscopia, cabo de força 2M 10A, alimentação 220 Volts ou Bivolt e capa de proteção. Equipamento entregue e instalado na Instituição com treinamento para uso e operação, com garantia mínima de 12 meses.</p>  | 25607  | Unidade | 1 | 36.598,34 | 36.598,34 |
| 16 | <p><b>SELADORA</b></p> <p>Seladora de palhetas de 0,25 e 0,5 ml: Aquecimento instantâneo; Controle por tempo (temporizado); Assistência técnica no Brasil. Com garantia do fabricante</p>  | 246917 | Unidade | 1 | 1.118,67  | 1.118,67  |
| 17 | <p><b>SISTEMA DE PURIFICAÇÃO DE ÁGUA</b></p> <p>Características do Equipamento: Sistema</p>  | 150951 | Unidade | 1 | 23.399,67 | 23.399,67 |





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

|    |  |        |         |   |          |          |
|----|--|--------|---------|---|----------|----------|
|    | <p>compacto de ultrapurificação de água laboratorial, dois em um. Alimentado diretamente com água potável, para obtenção de água osmotizada (Tipo III) e ultrapura (Tipo I), conforme ISO 3696, ASTM, em um único equipamento. Capacidade produtiva para consumo diário de até 160L/dia ou 8 litros hora Composto de: 02(dois) Cartucho de pré-filtração , com carvão ativado sintético, para retenção de cloro e colóides, composto polifosfato para abrandamento da água (diminuição da dureza: Ca e Mg por ligação química) e microfiltração em filtro de 1 micrômetro, para retenção de partículas em suspensão; Osmose reversa em cartucho de membrana espiral de poliamida, com capacidade de produção de até 8 Litros por hora a 25°C. 03(tres) Cartucho para redução da presença de contaminantes inorgânicos e orgânicos ao nível de traços (ppb), através de resinas com a qualidade superior a grau nuclear de carvão ativado sintético e resinas iônicas de leito misto; 02 (dois) Lâmpada UV de baixa pressão de vapor de mercúrio, com duplo comprimento de onda 185/254nm, para redução de TOC e biocarga.04 (quatro) Filtro final polidior Ultrafiltro de corte molecular para retenção de pirogênios (endotoxinas) e nucleases (DNAse/RNAse). elimina necessidade de autoclaavações e uso de DEPC. Característica da Água Tipo III (osmose) vazão até 8 litros / horas a 25°C , Orgânicos: &gt;99% (PM&gt;200D); Iônicos: &gt;97%; Partículas: &lt; 1/ml. Característica da Água Tipo I (ultrapura) vazão até 120 litros/hora (ajustável entre 50 a 2000ml/minuto; Resistividade: 18,2 MΩ.cm a 25°C; TOC: &lt;10µG/L (&lt;5PPB c/ Lâmpada UV); Microrganismos: &lt;1UFC/100ML. Display principal digital em cristal líquido, com fácil acesso às informações do sistema e teclado interativo para navegação; tela interativa amigável, que auxilia no passo a passo e apresentação de alertas, manutenções ajustes e ações colorido para leitura da qualidade da água (condutividade de permeado pela membrana de osmose, resistividade e temperatura do produto final); o Display possui uma área protegida "Menu de Gerenciamento" que é acessada através de uma palavra chave e senha. Braço dispensador versátil para facilitar coleta manual e volumétrica de água ultrapura; 01 (um) Reservatório integrado externo compacto de 30 Litros em polietileno, em fundo cônico, com válvulas frontal e inferiores, transbordam protegido, sensor de nível interno. - 03 (Três) Filtro de respiro (resinas para retenção de CO2 e orgânicos voláteis e filtro de partículas e microrganismos). 01 (um) Pré-filtro multimídia exclusivo para água para alimentação de purificadores; 01 (uma) Caixa Tabletes de sanificação; 12unidades/caixa Tensão: Bivolt 90 a 230 V; 50-60 Hz; Características Físicas: 58.1 X 41.3 X 76.4 cm (C x L x A); Peso com água, máximo: 28 Kg (versão 16 LPH); Água de Abastecimento: &lt;2000 µS a 25°C; Pressão de alimentação: 1 a 6 bar; Cabo de energia, conjunto de mangueiras e conexões para instalação, guia de referência rápida e manual de operação.</p> |        |         |   |          |          |
| 18 | <p><b>FREEZER VERTICAL</b></p> <p>Características mínimas aceitáveis: capacidade 220 litros; possui compartimentos ideais para organizar alimentos e aproveitar o espaço do freezer como porta garrafas, porta latas, gavetas transparentes e congelamento rápido; cor inox; painel digital com controle de temperatura; 03 prateleiras de vidro temperado tipo removíveis; 04 gavetas acrílico. Assistência Técnica Local: Sul e Sudeste do Pará, garantia de 12 meses. Selo</p>  | 267225 | Unidade | 2 | 2.095,60 | 4.191,21 |



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
DIVISÃO DE COMPRAS E SERVIÇOS

|  |   |       |         |   |        |        |
|--|---|-------|---------|---|--------|--------|
|  | PROCEL nível "A" de consumo de energia  |       |         |   |        |        |
| 19   | <b>MICROONDAS</b><br>Características mínimas aceitáveis: 20 Litros Branco. Material/Composição Plástico, aço inox e vidro Capacidade (litros) 20 Litros Consumo (kw/ h) Modo espera stand by. Timer Display digital, Relógio Sim Luz interna Prato giratório Teclas pré-programadas Trava de segurança Temporizador. Garantia do fornecedor 12 meses. Assistência Técnica Local: Sul e Sudeste do Pará. Selo PROCEL nível "A" de consumo de energia | 34703 | Unidade | 2 | 356,77 | 713,53 |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 248.037,48 (DUZENTOS E QUARENTA E OITO MIL, TRINTA E SETE REAIS E QUARENTA E OITO CENTAVOS)</b> |   |       |         |   |        |        |

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no Sistema Eletrônico – COMPRASNET e as especificações constantes no Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.3. Os bens deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses a contar do recebimento provisório, se a garantia for do fabricante, ou do recebimento definitivo, se a garantia for do fornecedor.

1.3.1. A licitante deverá informar no campo "descrição detalhada do objeto", se a garantia será prestada pelo fornecedor ou fabricante. Em caso de omissão, a Administração considerará como sendo prestada pelo fornecedor.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos equipamentos e aparelhos eletrodomésticos faz-se necessária para a implantação dos laboratórios que serão utilizados pelos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia que terão a primeira turma ingressa no segundo semestre de 2018. A estruturação do laboratório é imprescindível para a eficiência do processo de aprendizado e profissionalização do acadêmico no âmbito institucional.

2.2. O laboratório a ser estruturado atenderá nesse primeiro momento demandas iniciais das disciplinas de fisiologia animal, embriologia animal e reprodução animal dos cursos de Medicina Veterinária e Zootecnia. Essas disciplinas tem um total de 675 horas de aulas práticas. Além de assistir os cursos de graduação poderá atender programa de pós-graduação que vier a ser implantado.

2.3. Os equipamentos atenderão as atividades de ensino, pesquisa e extensão e serão para uso comum, ou seja, multicurso e/ou multidisciplinar, portanto, alguns itens são solicitados em maior quantidade para atender a demanda, lembrando que cada turma será formada por trinta alunos e a partir de 2021 pretende-se aumentar o número de vagas para quarenta alunos ingressos em cada curso.

2.4. A implantação do laboratório de reprodução é importante para a formação de profissionais melhor capacitados, multiplicadores de conhecimentos, propiciando o desenvolvimento da região norte do Brasil.

2.5. As especificações dos itens devem ser atendidas para o correto funcionamento do laboratório de Reprodução Animal que possuem suas especificidades. Os equipamentos solicitados deverão ser de boa qualidade, alta durabilidade, precisos e aprovados por órgãos de fiscalização quando for o caso.

## 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Serão considerados bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado. Essa justificativa encontra amparo legal nos termos do Parágrafo único, do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002.



#### **4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

- 4.1. O prazo de entrega dos bens será de 30 dias, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, em remessa única, considerando-se as informações dos locais, dias e horários para recebimento dos mesmos pela Contratante, sob pena de sujeitar-se às sanções legalmente previstas
- 4.2. A entrega deverá ser feita no Instituto de Estudo do Trópico Úmido, Campus Xinguara, no horário de funcionamento das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00, de segunda a sexta. Se o prazo de entrega coincidir com dia que não tenha atendimento ao público, este será automaticamente prorrogado até o primeiro dia útil subsequente. O endereço de entrega deverá ser na rua Maranhão, esquina com av. Xingu, s/n, centro, CEP: 68555-251, Xinguara-PA.
- 4.3. O endereço listado poderá sofrer alterações até a finalização do processo de compras. O Instituto de Estudo do Trópico Úmido (IETU) entrará em contato para atualizar as informações após a assinatura de autorização de fornecimento.
- 4.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

#### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:



6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

*6.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## 7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:





10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não manter a proposta.

10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.3. multa moratória de 0,5% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

10.3.1. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3.2. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

10.3.3. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

10.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

10.3.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

10.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



**ANEXO II – MODELO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO**

Marabá-PA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 014/2018**

**Processo Administrativo nº 23479.002128/2018-24**

**Assunto: Aquisição de \_\_\_\_\_**

**À firma: \_\_\_\_\_**

Prezado (a) Senhor(a),

Em decorrência do processo **Pregão Eletrônico nº 14/2018, para aquisição de \_\_\_\_\_**, tipo Menor Preço, no qual essa empresa foi adjudicada como vencedora, remetemos, em anexo, a(s) Nota(s) de Empenho nº. \_\_\_\_\_, e, na forma do art. 62, da Lei nº 8.666/93, que faculta a substituição do Contrato por outro instrumento hábil, estamos encaminhando o presente documento, relativo à aquisição em epígrafe.

Consoante Edital Convocatório, e detalhado na proposta de V.S.<sup>a</sup>, a entrega do(s) material(ais) deverá ser efetuada no prazo de até **30 (trinta) dias**, a partir da data do recebimento desta e da Nota de Empenho.

Cumpre-nos informar que antes da efetivação do pagamento e, na forma prevista na legislação e no Edital convocatório, o aludido pagamento só será efetuado mediante atestado comprobatório da entrega do(s) material(s), bem como, consulta "online", da situação cadastral dessa Empresa, ficando o referido pagamento suspenso, no caso de haver alguma pendência no SICAF.

Para controle de V.S.<sup>a</sup>, informamos ainda que, pela legislação vigente, caso ocorra atraso na entrega de qualquer dos itens de fornecimento, a licitante vencedora estará sujeita, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, por atraso injustificado na execução do conteúdo da Autorização de Fornecimento, calculada sobre o valor do material não fornecido, até o limite de 20 (vinte) dias, a ser recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial.

Na hipótese de a multa atingir o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento, a UNIFESSPA poderá proceder a rescisão unilateral deste instrumento, hipótese em que o FORNECEDOR também se sujeitará às sanções administrativas previstas no Edital e no Estatuto das Licitações.

Informamos ainda a V.S.<sup>a</sup>, que a inobservância aos prazos e obrigações estipulados no Edital do Pregão Eletrônico nº 14/2018 implicará as penalidades previstas no art. 28 do decreto nº 5.450/2005 e art. 87, e seus parágrafos, da Lei nº 8.666/93.

Finalmente, informamos que a contratação deverá ser cumprida em estrita observância à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, devendo V.S.<sup>a</sup> a por o **"DE ACORDO"**, na cópia deste expediente, o qual deverá ser devolvido a esta Universidade, para ulteriores providências, por meio de fone/fax no **(94) 2101-XXXX** ou ainda por e-mail no endereço [xxxxxxxxxx@unifesspa.edu.br](mailto:xxxxxxxxxx@unifesspa.edu.br).

Atenciosamente,

**Ordenador de Despesa**

De acordo,

Em: ...../...../.....

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa



ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref.: Pregão Eletrônico nº 014/2018

Processo Administrativo nº 23479.002128/2018-24

À UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

1. Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico em referência, apresentamos nossa proposta de preços relativo ao item \_\_\_\_\_ abaixo especificado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, e nas condições que seguem:

| ITEM        | DESCRIÇÃO | UNID. | QUANT. | PREÇO UNITÁRIO (R\$) | PREÇO TOTAL (R\$) |
|-------------|-----------|-------|--------|----------------------|-------------------|
|             |           |       |        |                      |                   |
|             |           |       |        |                      |                   |
|             |           |       |        |                      |                   |
|             |           |       |        |                      |                   |
| Total _____ |           |       |        |                      |                   |

2. Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_.

3. Estão inclusos nos preços todos os custos operacionais e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, frete, encargos previdenciários, trabalhistas e outros.

4. Nos valores das tarifas já estão inclusos os impostos e as taxas, quando aplicáveis, cujas alíquotas deverão estar informadas separadamente.

5. Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, inclusive as fixadas para pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura e desde que efetuado o "atesto" por servidor competente, na Nota Fiscal – Fatura apresentada.

**DADOS DA EMPRESA**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

V. Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

**DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL**

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Local e Data.

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa